

Contribuinte n.º 502265094
Depósito legal n.º 45458/91
Registo ICS n.º 114410
E-mail publico@publico.pt Lisboa Rua de Viriato, 13 - 1069-315 Lisboa, Telef.: 210111000 (PPCA); Fax: Dir. Empresa 210111005; Dir. Editorial 210111006; Agenda 210111007; Redacção 210111008; Publicidade 210111013/210111014
Porto Rua de João de Barros, 265 - 4150-414, Telef.: 226151000 (PPCA) / 226103214; Fax: Redacção 226151099 / 226102219; Publicidade, Distribuição 226151011
Coimbra Rua do Corpo de Deus, 3, 2º - 3000-176 Coimbra, Telef.: 239829554; Fax: 239829648
Madeira Telef.: 934250100; Fax: 707100049
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA Sede: Rua de João de Barros, 265, 4150 Porto Imprensa Unipress, Travessa de Anselmo Braamcamp, 220, Arcoselo/4405, Valadares, Telef.: 227570700; Mirandela - Rua de Rodrigues Faria, 103, 1300 Lisboa, Telef.: 213613400; Fax: 213613469
Distribuição Logista Portugal - Distribuição de Publicações, SA Lisboa, Telef.: 219267800; Fax: 219267866; Porto, Telef.: 227169600/1; Fax: 227162123; Algarve, Telef.: 289363380; Fax: 289363388; Coimbra, Telef.: 239880350; Fax: 239883005
Assinaturas 808200095
 Tiragem média total de Julho
57492 exemplares Membro da APCT - Associação Portuguesa do Controlo de Tiragem

Apesar do perdão parcial das dívidas, os mais pobres entre os pobres permanecem esquecidos no meio das estatísticas

A pobreza das nações e os acordos de parceria económica

Mais de mil milhões de pessoas vivem com menos de um euro por dia. Um simples pacote de leite em Maputo custa mais de 1,50 euros. Um terço da população mundial nunca usou um telefone. Em África morre uma criança a cada três segundos, vítima da fome, da malária ou da tuberculose. Em Portugal uma em cada cinco pessoas vive no limiar da pobreza.

O economista Jeffrey Sachs, autor do livro *O Fim da Pobreza* e o mentor dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, apontou o caminho aos líderes mundiais. Em 2000 todos os Estados-membros das Nações Unidas assinaram a Declaração do Milénio e comprometeram-se publicamente a reduzir para metade a pobreza extrema até 2015.

Apesar do perdão parcial da dívida e de todas as iniciativas desencadeadas pelos activistas, desde o *Live Aid* até ao *Make Poverty History*, e das promessas continuadas dos políticos, os mais pobres entre os pobres permanecem esquecidos no meio das estatísticas.

O fado africano África continua a ser o parente pobre num mercado cada vez mais abrangente e competitivo. A renegociação do Acordo de Cotonú, através dos novos Acordos de Parceria Económica (APE), pretendia encontrar uma nova ferramenta para o desenvolvimento e o combate à pobreza. O caminho trilhado desde a Convenção de Lomé apontava para um cenário favorável ao incremento das frágeis economias dos países em desenvolvimento. Mas o texto que está em cima da mesa das negociações constitui um rude golpe desferido pela União Europeia aos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). A Europa prepara-se para introduzir no cenário do comércio mundial uma "renacionalização" das suas antigas colónias. Todos os estudos elaborados pelas agências e ONG mostram que o sonho do comércio livre pode ser um verdadeiro pesadelo para os países pobres. Este cenário não é apenas traçado pelas organizações que estão no terreno. Um recente relatório independente encomendado pela UE à Price Waterhouse Coopers demonstra que os APE poderão custar muito caro ao Quénia.

A cruzada europeia A supressão das barreiras aduaneiras e a eliminação de quotas às importações constituem um factor determinante para a significativa redução da receita futura de muitos dos países pobres, que deixarão de contar com recursos financeiros para investimento público em áreas fundamentais como a saúde e a educação. O frágil argumento dos negociadores da Comissão assenta em estes países estarem minados pela corrupção interna e mais de 90 por cento dos produtos europeus serem absorvidos pela economia paralela sem tributação. A assunção desta triste realidade revela um novo espírito colonial semelhante às cruzadas religiosas com a imposição de um discutível modelo neoliberal.

O erro da não competitividade A liberalização dos mercados nem sempre arrasta investimento e desenvolvimento económico. A competitividade é um factor determinante para a produção de riqueza. Mas

João Pedro Martins



Será que Portugal tem coragem e força política para recolocar os países pobres na agenda da Europa de uma forma pró-activa, propondo uma profunda alteração do texto dos APE? Temo que não

com os novos APE troca-se um comércio de preferência aos mercados europeus pelo comércio livre recíproco e acentua-se o desequilíbrio entre as partes. De acordo com os estudos mais recentes elaborados pelo Tearfund, cerca de 750 milhões de pessoas podem cair ainda mais no fosso da pobreza. Os agricultores e as indústrias dos países em desenvolvimento serão empurrados para uma competição aberta com as empresas mais poderosas da Europa, ainda antes de estarem prontos para competir. Usando por analogia uma linguagem desportiva, num jogo de futebol não basta dizer que são onze jogadores para cada lado e que o árbitro é isento. É necessário garantir que ambas as equipas possuem condições para disputar o resultado. Uma partida entre o Benfica e um clube da 3.ª divisão nunca pode ser um jogo equilibrado. O comércio livre só é justo e funciona como alavanca para o desenvolvimento se existir equilíbrio entre as partes. Este é o factor esquecido pelos negociadores europeus que ainda estão de boa-fé no processo.

A lei do mais forte Os países pobres foram forçados à liberalização durante os últimos 20 anos através de instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com as condições impostas decorrentes da ajuda internacional e com os acordos comerciais como os negociados no âmbito da

Organização Mundial de Comércio. A ONG Christian Aid estima um custo acrescido de 272 biliões de dólares em África, como resultado do comércio livre.

A pressa europeia para concluir as negociações dos APE até final de 2007 e a ausência de publicidade e de discussão pública sobre este tema suscitam um conjunto de dúvidas acerca das verdadeiras intenções da União Europeia. Uma abordagem realizada pela revista *Foreign Policy* e a organização Fund for Peace sobre os chamados "Estados Instáveis" revela que no *top ten* figuram oito países africanos. É neste cenário de fragilidade que a Europa, agora a 27 e sedenta de alargar os seus mercados, se prepara para a introdução progressiva do acesso *duty free* à generalidade das exportações para os países ACP.

A vez de Portugal Portugal tem uma oportunidade única ao dispor da presidência da União Europeia. A aproximação da Europa à lusofonia com a cimeira UE/Brasil a iniciar o mandato e a conclusão com a cimeira UE/África em Dezembro, onde os novos Acordos de Parceria Económica deverão ser finalmente selados, são sinais positivos da presidência portuguesa. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação definiu como uma das metas prioritárias do Governo alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas ainda não se pronunciou acerca das consequências dos Acordos de Parceria Económica.

Será que Portugal tem coragem e força política para recolocar os países pobres na agenda da Europa de uma forma pró-activa, propondo uma profunda alteração do texto dos APE, da mesma forma que fará com o futuro Tratado de Lisboa?

Temo que não!
Coordenador nacional do Desafio Migueias - Micah Challenge Portugal (rede internacional de luta contra a pobreza)

Ficha técnica

CONSELHO GERAL
Presidente: Paulo Azevedo **Vogais:** António Casanova, António Lobo Xavier, Cláudia Azevedo, Luis Filipe Reis

DIRECÇÃO DA EMPRESA
Presidente: Hugo Figueiredo **Vogais:** José Manuel Fernandes, João Maria Porto

CONSELHO CONSULTIVO
 André Gonçalves Pereira, António Barreto, António Borges, António Vitorino, Diogo Lucena, Isabel Mota, José Amaral, Manuela Melo, Rui Guimarães

DIRECÇÃO EDITORIAL
Director: José Manuel Fernandes
Director Executivo: José Vítor Malheiros
Directores Adjuntos: Nuno Pacheco e Manuel Carvalho
Subdirectores: Amílcar Correia, Paulo Ferreira
Directora de arte: Sónia Matos
Adjuntas da Direcção: Lucília Santos e Teresa Freitas (Porto)
Secretária da Direcção: Madalena Rhodes Sérgio

EDITORES
Portugal: Dulce Neto, Tiago Luz Pedro, Luciano Alvarez, Raposo Antunes **Mundo:** Margarida Santos Lopes, Miguel Gaspar, Sofia Lereira **Local Lisboa:** Carlos Filipe **Local Porto:** José Augusto Moreira **Desporto:** José J. Mateus, Nuno Sousa **Economia:** José Manuel Rocha, Luís Villalobos (suplemento Economia) **Vitor Costa P2:** Bárbara Reis, Isabel Salema, Joana Amado, Lucinda Canelas
Edições de fim-de-semana: Sandra Silva Costa
Público Online: António Granado, Alexandre Martins
Pública: Ana Gomes Ferreira e Marco Vaza (adjunto) **Digital:** Pedro Ribeiro **Fugas:** Pedro Garcia **Ípsilon:** Vasco Câmara e Joana Gorjão Henriques (adjunta) **Fotografia:** David Clifford, Paulo Rica
Grande Reportagem: Adelino Gomes (redactor principal), Alexandra Lucas Coelho (grande repórter), Kathleen Gomes, Paulo Moura (grande repórter)

REDACTORES E REPÓRTERES
Portugal: Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Andrea Cunha Freitas, Andreia Sanches, António

Alvalade Mesquita (grande repórter), António Marujo, Bárbara Simões, Bárbara Wong, Carlos Pessoa, Catarina Gomes, Clara Viana, Filomena Fontes, Isabel Leiria, Joana Ferreira da Costa, José Bento Amaro, Leonete Botelho, Mariana Oliveira, Margarida Gomes, Paula Torres de Carvalho, Ricardo Dias Felner, Ricardo Garcia, São José Almeida (redactora principal), Sofia Branco, Sofia Rodrigues **Mundo:** Clara Barata, Dulce Furtado, Fernando Sousa, Francisca Gorjão Henriques, Jorge Almeida Fernandes (redactor principal), Jorge Heitor (grande repórter), Maria João Guimarães, Teresa de Sousa (redactora principal) **Cultura:** Alexandra Prado Coelho, Carlos Câmara Leme, Inês Nadais, Isabel Coutinho, Joana Amaral Cardoso, Maria José Oliveira, Sérgio C. Andrade, Vanessa Rato, Vítor Belanciano **Ciência:** Ana Gerschwendl, Teresa Firmino **Desporto:** Bruno Prata (redactor principal), Filipe Escobar da Lima, Hugo Daniel Sousa, Jorge Miguel Matias, Luís Octávio Costa, Manuel Assunção, Manuel Mendes, Paulo Curado **Economia:** Ana Fernandes, Ana Rute Silva, Anabela Campos, Cristina Ferreira (grande repórter), João Manuel Rocha, João Ramos de Almeida,

Lurdes Ferreira (redactora principal), Sérgio Anibal, Rosa Soares, Inês Sequeira, Luísa Pinto, Natália Faria, Raquel Almeida Correia **Local Lisboa:** Ana Henriques, José António Cerejo (grande repórter), Luis Filipe Sebastião, Luis Francisco (grande repórter) **Local Porto:** Abel Coentrão, Alvaro Vieira, André Azevedo Soares, Anibal Rodrigues, Jorge Marmelo **Útima Hora (Público Online):** Ana Fonseca Pereira, Ana Machado, Cláudia Barcelos, Eduardo Melo, Helena Geraldes, Luís Miguel Madeira, Pedro Andrade Soares, Sérgio B. Gomes, Susana Almeida Ribeiro **Guia do Lazer (Público Online):** Cláudia Alpendre **Webdespôr (Público Online):** Hugo Castanho, Mário Caneira **Pública:** Maria Antónia Ascensão (produção) **Digital:** Isabel Gorjão Santos, João Pedro Pereira, Maria do Céu Lopes, Nuno Sá Lourenço **Fugas:** David Lopes Ramos (grande repórter), Luís Maio **Guia TV:** Helena Melo **Correspondentes Internacionais:** Isabel Arriga e Cunha (Bruxelas), Nuno Ribeiro (Madrid), Rita Siza (Washington)
Correspondentes nacionais: Graça Barbosa Ribeiro (Coimbra), Tolentino de Nóbrega (Funchal) **Fotografia:** Adriano Miranda, Carlos Lopes, Daniel Rocha, Fernando

Veludo, Isabel Amorim (arquivo), Manuel Roberto, Miguel Madeira, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Fimrenta, Pedro Cunha, Rui Gaudêncio **Imagem e Digitalização:** Alexandra Domingos, Bruno Esteves, Valter Oliveira **Copydes:** Rita Pimenta (coordenadora), André Lopes, Aurélio Moreira, José Luís Baptista, Manuela Barreto, Ricardo Neves **Agenda:** Carlos Gomes Mendes, David Andrade, Irene Leite, Maria José Pombo, Nuno Pêgas **Secretariado de Redacção:** Alexandra Pinto, Joana Lima, Jorge Guimarães, José Soares, Miguel, Lucinda Vasconcelos, Paula Dias, Paula Fidalgo, Paula Leite, Manuel Alves

DEPARTAMENTO GRÁFICO
Editor de fecho: José Souto **Paginação:** Ana Carvalho, Carla Noronha, Gil Lourenço, Helena Cabral, Hugo Pinto, Joana Lima, Jorge Guimarães, José Soares, Marcos Ferreira, Nuno Costa, Pedro Almeida (subeditor), Pedro Costa, Sandra Silva **Infoférias:** Célia Rodrigues, Joaquim Guerreiro, José Alves

PROVEDOR DO LEITOR Rui Araújo

Ultimato do governo boliviano às petrolíferas

O governo boliviano estabeleceu um prazo de 10 dias para as petrolíferas apresentarem o plano de investimentos, depois do Presidente

Evo Morales ter advertido que poderá retirar concessões às empresas que não invistam de acordo com o prometido.



A pobreza das nações segundo João Pedro Martins *Espaço Público*, Página 35

ONU defende que a ajuda aos países mais pobres deve virar-se para o conhecimento

As Nações Unidas propõem uma viragem no modelo de apoio. Os programas devem dar prioridade ao conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico. Para que sejam mais eficazes.

Lurdes Ferreira

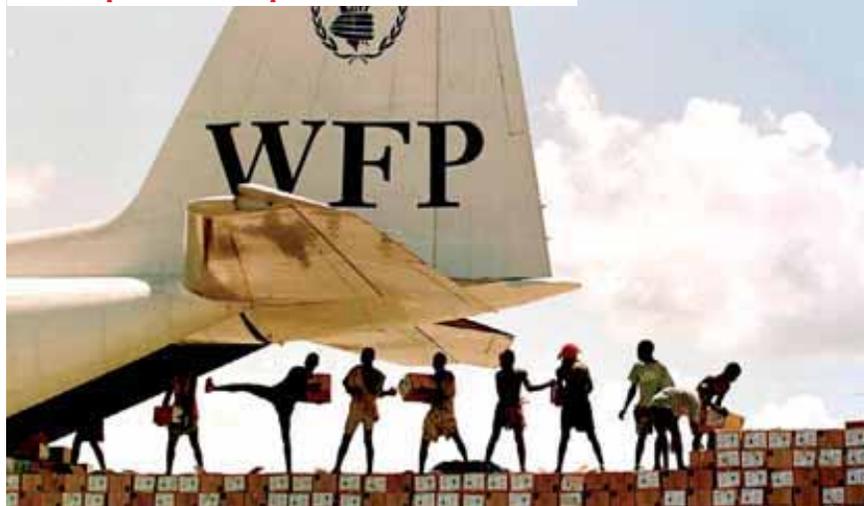
● Nas últimas décadas, os países mais pobres do mundo foram incentivados a abrir as suas economias ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro como via para o seu desenvolvimento, mas os resultados gerais ou foram escassos ou contraditórios. No seu conjunto, ficaram ainda mais marginalizados na economia global.

Este é o balanço do qual parte a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) no seu último relatório anual sobre os países de pobreza extrema para justificar a proposta de uma mudança profunda do modelo: em vez de “desenvolvimento”, a palavra-chave deve ser “conhecimento”, defendendo que o primeiro, “na verdade”, não existe sem o segundo.

O documento reconhece que os programas de ajustamento estrutural destes países, classificados como “os países menos desenvolvidos” (PMD), marginalizaram as políticas tecnológicas. “Mas é paradoxal porque a promoção da mudança tecnológica é reconhecidamente a fonte-chave do crescimento económico”, escrevem os autores do relatório, lembrando que esta é a questão central para a própria OCDE em relação aos seus países-membros.

Quanto aos PMD, “se não adoptarem políticas de estímulo à convergência tecnológica com o resto do mundo vão continuar a atrasar-se e a enfrentar uma marginalização cada vez mais profunda na economia global”, alerta a organização. Embora cite a “rápida e profunda liberaliza-

O combate à pobreza não é feito apenas com bens materiais



MANUEL ROBERTO

ção do comércio e do investimento” nestes países desde a década de 80, a CNUCED assume agora que “não evitaram a sua marginalização em relação aos fluxos tecnológicos”. Conclui: a “liberalização sem aprendizagem tecnológica resultará, no fim, numa marginalização acrescida”.

Para a CNUCED, o resultado é de um “paradoxo óbvio” numa região a que alguns chamam o Quarto Mundo e onde vivem 767 milhões de pessoas. Apesar do esforço de aumento das exportações, estes países desceram nas cadeias de valor do comércio mundial. Em 24 casos

(sectores) relevantes, nos primeiros cinco anos da década baixaram a sua posição em 12, as quais representam 52 por cento das suas exportações. Conseguiram apenas subir em nove delas, sendo que estas valem 18 por cento do total. Apesar de os fluxos de investimento estrangeiro terem crescido no início da década de 90, os PMD captaram apenas um por cento do total mundial entre 2000 e 2005. Comparativamente com a média, em 2005 recebeu 0,7 por cento.

A importação de bens de capital (maquinaria e equipamento) tem representado, de longe, a mais im-

portante fonte da (fraca) inovação tecnológica dos PMD. Ainda assim, o seu ritmo abrandou nos últimos 25 anos. O relatório mostra que enquanto nos anos 80 o esforço de importação de tecnologia era semelhante entre um conjunto de países mais pobres, a disparidade aumentou bastante desde então, separando hoje os mais pobres dos que estão em desenvolvimento. Entre 2000 e 2005, a importação de bens de capital representou seis por cento do PIB dos PMD, que representa metade do nível dos outros países em desenvolvimento (OPD). A

estrutura do que importam ilustra também essa diferença que separou em especial os países africanos dos asiáticos: os primeiros importam predominantemente maquinaria para a actividade extractiva (minas e petróleo), os segundos maquinaria têxtil. Em geral, importam pouca maquinaria agrícola.

Perante os resultados frágeis das políticas das últimas décadas, “a concessão de mais ajuda ao conhecimento, desde que dirigida para as áreas certas e nas modalidades apropriadas, pode ser a chave para a tornar eficaz”, acrescenta o relatório sob o título *Conhecimento, aprendizagem tecnológica e inovação*. É, aliás, o triângulo que explica como países do Sudeste asiático deixaram de estar entre os mais pobres e são hoje designados por países “em desenvolvimento”, ponto que o documento destaca.

Para os 767 milhões de pessoas que vivem nos países mais pobres do mundo, os especialistas antecipam dois futuros possíveis: ou agravam a sua situação ou entram num progressivo e sustentado crescimento económico, para o qual o contributo decisivo terá de vir do conhecimento e da tecnologia. “Os governos dos países mais pobres do mundo e os seus parceiros no desenvolvimento devem promover o progresso tecnológico como parte do seu esforço para desenvolver as capacidades produtivas domésticas.”

Um país entra na lista dos PMD quando, entre outros critérios, tem um rendimento nacional bruto *per capita* inferior a 750 dólares, na média de três anos.

Um novo modelo de desenvolvimento

Imitar o que é bom também pode ser inovar

● Porque ricos e pobres pertencem a estádios de desenvolvimento muito diferentes, também o modelo de mudança tecnológica deve ser adaptado a estes países e não seguir o dos ricos, aconselha a CNUCED, defendendo que a inovação tecnológica criativa não se dá apenas quando se gera algo novo, “mas também quando os produtos ou processos são comercialmente introduzidos num país ou numa empresa, independentemente de serem ou não novos para o resto do mundo”. A inovação também se verifica quando uma empresa imita e segue a pioneira.

Um novo modelo deve ter, assim, em atenção as características locais

e ambientais na agricultura, sob pena de ter efeitos limitados, e que na indústria e serviços é necessário “esforço tecnológico que não se limite apenas aos meios tecnológicos, mas também à compreensão tecnológica”. Uma condição vital para qualquer caso é a ligação à rede internacional de conhecimento, da qual estes países têm estado praticamente afastados apesar de terem visto crescer o investimento estrangeiro, a ponto de nas últimas duas décadas o seu peso no PIB dos PMD ter duplicado.

A organização considera que o fraco contributo do investimento estrangeiro para a inovação tecnológica destes países deve-se, entre

outros factores, à fraca integração das empresas investidoras nas economias receptoras, sendo necessário “ancorar” esses investimentos.

A CNUCED identifica seis grandes prioridades para que os PMD recuperem do atraso tecnológico: aumento da produtividade agrícola, promovendo uma revolução verde, promoção da formação e cresimen-

1,7% por cento é o peso actual da actividade agrícola no PIB dos países menos desenvolvidos

to das empresas locais, crescimento da capacidade de absorção dos sistemas de conhecimento internos e alavancagem de conhecimento através do comércio internacional e do investimento estrangeiro, estímulo à diversificação através da ligação entre agricultura e sectores baseados em recursos naturais e crescimento das actividades exportadoras.

A agricultura é apontado como um exemplo de “sério declínio de actividade de investigação”: representa actualmente apenas 0,4 por cento do PIB, mas já chegou a ser de 1,2 por cento no final da década de 80. Nos países em desenvolvimento vale hoje 1,7 por cento.

Pobreza em números

767

milhões de pessoas vivem nos países menos desenvolvidos, a que se convencionou chamar o Quarto Mundo.

1,0

por cento do total do fluxo internacional de investimento teve como destino os países menos desenvolvidos entre 2000 e 2005.

750

dólares de rendimento *per capita* por ano é o patamar a partir do qual se considera que o país integra a lista dos menos desenvolvidos